

Entrevista com Domingues Azevedo, Bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas

“A profissão de TOC está ameaçada em consequência do «extermínio» das PME”

O Bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas esteve a semana passada em P. Delgada, completando um périplo realizado por dezanove capitais do País, para apresentar as grandes alterações propostas aos estatutos dos Técnicos Oficiais de Contas.

Domingues de Azevedo concedeu uma entrevista exclusiva ao CE, onde confirma a sua disposição para ser novamente candidato a um novo mandato, mostrando-se igualmente muito crítico à política fiscal e financeira levada a cabo pelo Governo da República:



Correio Económico – Senhor Bastonário, porquê a necessidade de alterar agora os estatutos da OTOC?

Domingues de Azevedo (Bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas) – Esta necessidade decorre por imperativos da própria Lei 2/2013 que é a nova lei do enquadramento do associativismo público, que vem criar esta obrigação para que haja uma readaptação em algumas áreas por parte das empresas a estas novas exigências da lei. Procurámos para além desta imposição legal introduzir algumas alterações aos estatutos que vinham sendo por nós equacionadas e que consideramos pertinentes. Os estatutos não podem ser alterados todos os dias até porque se constituem como uma espécie de “Bíblia” para os profissionais, sendo importante manter uma certa estabilidade. Com este tipo de preocupação vamos introduzir também um outro mecanismo pertinente, que é o justo impedimento na profissão do TOC, que é uma matéria complexa. Quando um TOC está impedido de enviar as obrigações fiscais dos seus clientes ou da sua entidade patronal, acontece que o Estado fica impossibilitado de arrecadar o dinheiro decorrente dos impostos que têm que ser pagos, e que são precisos para gerir o País e a sociedade. Isso acaba por

“Uma parte muito significativa do que a Ordem hoje é resulta de um modelo de concepção pessoal, e indiscutivelmente da visão que eu tenho da profissão”

ter implicações directas com a gestão financeira do Estado e naturalmente que exige precauções acrescidas quando comparando o seu exercício com outras profissões e nós tivemos que encontrar uma solução de compromisso que desse a volta a esta situação, e que viabilizasse esse direito – o Estado consubstanciado neste caso nas funções que a Autoridade Tributária tem de liquidar e cobrar as verbas necessárias para o funcionamento da sociedade – reconhecendo que quem faz isso são pessoas que podem ter problemas de saúde, impedimentos de família, acidentes, porque não, que as impeçam de cumprir esta obrigação. Acabamos de encontrar uma solução que vem dar resposta a estas dificuldades enquanto pessoas e dos contingentes no exercício da sua actividade e por outro lado garantir de forma aproximada que o Estado receba o direito que tem e a necessidade que existe na cobrança de impostos e das verbas para a gestão social.

C.E. – Deduzo das suas palavras que o impedimento pessoal não pode ser uma condicionante ao exercício da actividade do TOC?

D.A. – Exactamente, só em circunstâncias muito justificadas e mesmo assim teremos que encontrar mecanismos paralelos dentro da própria profissão

para que o Estado cumpra a sua missão;

C.E. – Quando é que prevê que estas alterações entrem em vigor?

D.A. – Este é um processo evolutivo, mas recentemente foi criado algum ruído relativamente a este processo e cujas consequências são ainda desconhecidas. O que assistimos hoje é a alguma tentativa de intervenção do Estado neste tipo de associações. Mas afinal o que é Associativismo Público de Regulação Profissional e qual a missão que o Es-

“O que assistimos hoje é a alguma tentativa de intervenção do Estado neste tipo de associações”

tado na qualidade de último garante da organização social nelas delegou? Em alguns casos e com aparente sucesso, o Estado delegou em terceiros, como nos casos das Ordens, a autoridade e a responsabilidade de gerirem os interesses destas mesmas profissões, e portanto é normal que o Estado afira alguns mecanismos para saber se estas instituições estão a cumprir com as suas funções que o Estado nelas delegou, e a mim particularmente, não me preocupa muito isso. Reconheço a autoridade delegante e a capacidade de retirar a delegação ou dever de gestão, e se a causa publica foi cumprida, dentro dos parâmetros e dos valores que estiveram na base desta mesma delegação.

C.E. – Senhor Bastonário vai haver eleições em Novembro para a Ordem e naturalmente que tem todo o interesse em deixar este “dossier” concluído até lá?

D.A. – Estarei interessado obviamente em deixar fechado este “dossier” até Novembro, mês em que os membros da Ordem vão ser chamados novamente a eleger os órgãos sociais para um novo mandato.

C. E. – Vai ser novamente candidato?

D.A. – Eu acho que a minha permanência na Ordem tem sido presente. Uma parte muito significativa do que a Ordem hoje é resulta de um modelo de concepção pessoal, e indiscutivelmente da visão que eu tenho da profissão, uma pro-

(continua na página 4)



“Serei candidato a um novo mandato, que será o último”

(continuação da página 3)

fissão cada vez mais importante neste momento de crise como o que vivemos, onde temos que saber mais informação sobre a sustentabilidade das empresas, onde as empresas e seus utilizadores se apercebem no mínimo como as coisas estão e penso que se começam a criar condições para que a profissão singre por si mesma. Serei candidato nas próximas eleições, cujo mandato será o último que pretendo exercer. Sou um homem de desafios, passei uma infância que tive que a construir, terei 67 anos quando terminar o próximo mandato e aí se Deus me der vida e saúde gostaria de descansar um bocadinho.

C.E. – Como é que analisa a política fiscal de consolidação orçamental do Governo da República, e as suas consequências de quase extermínio das PME?

D.A. – Vejo muito negativamente. Eu desde há muito tenho manifestado nos diversos fóruns em que tenho intervindo e em artigos que tenho escrito na imprensa, que qualquer português sensato não duvida que era necessário fazer ajustamentos na nossa economia, pois estávamos a viver para além das nossas possibilidades. Mas uma coisa é fazer ajustamentos e outra é fazer ajustamentos com sustentabilidade também. E há uma coisa que me arrelia profundamente. É a responsabilidade dos actos: Portugal esta a ser vítima de um processo em que se está a ignorar as verdadeiras causas. Em 2011 tínhamos um conjunto de PEC'S em que eram um conjunto de medidas que os diversos países europeus apoiavam. Tínhamos então um Governo sem maioria, e uma Assembleia da República ávida de poder que não avaliou bem as consequências do derrube daquele mesmo governo, e que obrigou à intervenção da TROIKA em Portugal. Tínhamos então os partidos que hoje estão no Governo que proclamavam aos quatro ventos que mais tributação não, que os portugueses não podiam com mais impostos. Onde

é que estão esses que diziam que não podia haver mais impostos? Onde está o Sr. Presidente da República pedindo aos cidadãos para se indignarem? Agora o que é que pede aos cidadãos? Esta responsabilidade da TROIKA ter entrado em Portugal a alguém tem de ser pedida, e não venham estes vendi-

lhões do templo dizer que a responsabilidade é do Eng. José Sócrates. Teve alguma, mas a responsabilidade é de quem criou a situação para que a TROIKA cá estivesse. E o que é que fizeram de seguida? Ignoraram tudo aquilo que tinham dito e aplicaram a maior carga fiscal que há memória no período da

democracia, por uma concepção de gestão política musculada mas que não se adapta à nossa realidade económica, destruindo as PME, e mais grave, não tendo o mínimo de análise dos efeitos que estas medidas iam provocar numa economia como a nossa, estruturada fundamentalmente em PME e com base na alavancagem do consumo por parte dos cidadãos. É preciso assumir responsabilidades quando não se está preparado para fazer o que se pensa que é preciso fazer. Este Governo não estava preparado para a realidade que veio assumir;

CE – Este Governo não avaliou de forma realista o impacto da redução da receita fiscal. Esta possibilidade parece que nem sequer foi equacionada na previsão do cálculo da receita?

D.A. – É completamente impensável. Foi feito um garrote às receitas financeiras dos cidadãos, um discurso de medo em relação ao futuro, amedrontou-se as pessoas sobre a incerteza do dia de amanhã, é natural que os cidadãos que já não têm rendimentos quase para comer, é impensável economicamente fazer em três anos um reajustamento do que levou quase quarenta anos a destruir. O reajustamento teria que vir, mas de uma forma mais lenta, equilibrada mas sempre compensado com crescimento, o que não se tem conseguido. O Estado português não tem apostado em crescimento nenhum, e não tem feito mais nada do que vender miséria e falta de esperança;

C.E. – Não receia que a actividade dos TOC possa estar em causa, pois sabe-se que as PME, são responsáveis por mais de 90% da sua carteira de clientes?

D.A. – Evidentemente que sim. A manter-se durante muito mais tempo esta situação, não obstante a imprescindibilidade dos TOC na sustentação e continuidade das empresas, a sua actividade estará seriamente ameaçada. Nós trabalhamos para entidades, para sujeitos passivos, que se não tiverem condições de sobrevivência, nós não temos para quem trabalhar. E há

“Onde é que estão esses que diziam que não podia haver mais impostos? Onde está o Sr. Presidente da República pedindo aos cidadãos para se indignarem”

“Poderíamos ter evitado o colapso que temos na fiscalidade, pois nem sempre o aumento de taxas corresponde ao aumento de cobranças.”

“É impensável economicamente fazer em três anos um reajustamento do que levou quase quarenta anos a destruir.”



uma outra verdade inquestionável, são os TOC que têm resolver as questões colaterais da ineficácia das legislações, da tomada de medidas avulsas, onde ninguém avalia as suas consequências na vida das empresas, junto dos empresários, e apresentar soluções para os erros que o legislador faz. A minha grande crítica neste processo sempre foi e é o “timing” deste ajustamento. Poderíamos ter evitado o colapso que temos na fiscalidade, pois nem sempre o aumento de taxas corresponde ao aumento de cobranças. Se emendássemos a mão ainda poderíamos salvar muitas empresas e muitos empregos;

C.E. Vou colocar-lhe uma última questão de carácter pessoal: que significado atribui ao título de “Especialista Honoris-Causa”, concedido pelo Instituto Politécnico de Lisboa?

D.A. – Para uma pessoa como eu, que sempre trabalhou e estudou muito é importante. Fui o primeiro em Portugal a receber o título de “Especialista Honoris-Causa”, e interpretei a sua

atribuição como o reconhecimento de terceiros pessoas à minha acção, à minha maneira de ser, ao meu trabalho e também por aquilo que eu gostaria de ter feito e não fiz, como por exemplo concluir a minha licenciatura, que não tive tempo para o fazer. Aos 27 anos criei o meu escritório, aos 33 anos fui eleito deputado para a Assembleia da República onde estive treze anos e nunca mais parei, envolvido em diversos projectos profissionais e pessoais, de que a OTOC é disso exemplo. Fiquei muito agradado com esta distinção

CE – Pode-se dizer então que foi a vida que lhe atribui o título que o senhor não teve tempo e que pretendia para encarar o seu desafio constante?

D.A. – É verdade, e eu deixo aqui o meu apelo a todos aqueles que por vezes pensam que não vale a pena: vale sempre a pena nós lutarmos, percorrendo caminhos certos que nos dignifiquem, e que contribuam para o desenvolvimento da própria sociedade.